

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: UMA QUESTÃO DE LINGUA(GEM)

ROSILEIDE DE JESUS DE SOUZA MELO

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades – PPGCITI da Universidade Federal do Pará - UFPA, Campus Universitário de Abaetetuba. E-mail: rosileide_jesus@hotmail.com.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre as políticas linguísticas dos surdos e visualizar de que maneira elas se apresentam como dispositivo ao processo de constituição da língua dos surdos nas instituições de ensino. O interesse em pesquisar a temática surgiu da necessidade de conhecermos as políticas linguísticas que perpassa pela educação dos surdos. A pesquisa segue uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico. Sendo que os principais achados desta investigação demonstram que as políticas linguísticas para a educação dos surdos vêm apresentando avanços significativos em prol de uma inclusão com qualidade e que colabore com o desenvolvimento do surdo. Contudo, para que as políticas linguísticas sejam efetivadas urge a necessidade da disseminação da Língua Brasileira de Sinais - Libras para toda a comunidade escolar, além de reconhecer o sistema linguístico visual-motor, como o propulsor da educação e desenvolvimento linguístico dos surdos.

Palavras-chave: Políticas Linguísticas, Surdos, Bilinguismo, Língua(gem).

INTRODUÇÃO

A língua é tida como um fator primordial para o acesso à educação escolar, revelando-se como um fator estratégico para o crescimento intelectual, social, cognitivo, afetivo, sociocultural e acadêmico do indivíduo. Contudo, para o sucesso do desenvolvimento da aprendizagem é importante que se respeite a língua do aluno. No caso do aluno surdo, a Libras facilita e propicia o desenvolvimento linguístico e cognitivo, auxiliando no processo de aprendizagem de línguas orais, favorecendo a produção escrita, servindo de apoio para a leitura e compreensão dos textos escritos. Logo, a escola deve estar preparada para receber os alunos surdos, com um ambiente que reconheça a política linguística que contempla esses sujeitos, um ambiente que conte com profissionais competentes e comprometidos com a educação.

Dessa forma, entendemos a Libras como indispensável à educação da pessoa surda, respeitando-a como língua natural desses indivíduos, e meio de comunicação pelo qual o surdo pode pensar, planeja, aprender, interagir com o mundo e com ele próprio em seu desenvolvimento, assim a Libras se apresenta como suporte de pensamento da pessoa surda.

Portanto, a língua de sinais é uma importante via de acesso para o desenvolvimento do surdo em todas as esferas de conhecimento, propiciando a comunicação do sujeito com surdez com os seus pares e com os outros sujeitos, dando suporte ao pensamento.

De acordo com Sacks:

A língua de sinais deve ser introduzida e adquirida o mais cedo possível, senão seu desenvolvimento pode ser permanentemente retardado e prejudicado, com todos os problemas ligados à capacidade de “proposicionar” [...] no caso dos profundamente surdos, isso só pode ser feito por meio da língua de sinais. Portanto, a surdez deve ser diagnosticada o mais cedo possível. As crianças surdas precisam ser postas em contato primeiro com pessoas fluentes na língua de sinais, sejam seus pais, professores ou outros. Assim que a comunicação por sinais for aprendida, e ela pode ser fluente aos três anos de idade, tudo então pode decorrer: livre intercurso de pensamento, livre fluxo de informações, aprendizado da leitura e escrita e, talvez, da fala. Não há indícios de que o uso de uma língua de sinais iniba a aquisição da fala. De fato, provavelmente, ocorre o inverso. (SACKS, 1998, p. 44)

Dessa forma, percebe-se que a língua de sinais é importante e imprescindível por possibilitar o domínio linguístico e a capacidade de expressar-se de forma plena e segura.

No que diz respeito ao papel da linguagem no desenvolvimento humano da criança surda, o assunto foi muito discutido entre psicólogos e em debates sobre relações de pensamento e linguagem. De acordo com Góes (2012), as décadas de 1960 e 1970 foram épocas em que a condição de surdez estava sendo muito mencionada devido haver alguns confrontos teóricos para compreender o posicionamento da linguagem em relação ao pensamento. Dentre esses confrontos, afirmavam que o atraso no desenvolvimento do surdo era devido a sua limitada capacidade linguística. De um outro lado, o atraso já seria decorrente da ausência de experiências e trocas comunicativas por causa da limitação da linguagem.

Sabemos que o ensino e aprendizagem de surdos abrange muitos elementos como, metodologias diferenciadas, concepção educacional bilíngue, profissionais capacitados, entre outros. Esses são alguns fatores que tornam difícil para as instituições escolares desenvolverem esse processo de inclusão, e um ensino que respeite a política linguística do surdo com presteza, pois, durante todo o processo histórico da educação do surdo, muitas foram as reformulações das abordagens de ensino as quais é importante destacar o Oralismo,¹ a Comunicação Total² até que se chegassem ao atual modelo Bilinguismo³.

Conforme avalia Cavalcanti,

No Brasil, não se pode ignorar os contextos bilíngues de minorias, (...) quando se focalizam os contextos bilíngues

- 1 Para Nídia Sá (1999, p. 69) A abordagem educacional oralista é aquela que visa a capacitar a pessoa surda de utilizar a língua da comunidade ouvinte na modalidade oral como única possibilidade linguística, de modo que seja possível o uso da voz e da leitura labial tanto nas relações sociais como em todo processo educacional. A língua na modalidade oral é, portanto, meio e fim dos processos educativo e de integração social.
- 2 Uma filosofia, “a qual propõe o uso de gestos naturais, da língua de sinais, do alfabeto digital, da expressão fácil, da fala e dos aparelhos de amplificação sonora para transmitir linguagem, vocabulário, conceito e ideias”. (GUARINELLO, 2007, p. 31)
- 3 A Comunicação Total defende “(...) que seja ensinada ao surdo a língua da comunidade ouvinte na qual está inserido, oral e/ou escrita tendo por base os conhecimentos adquiridos por meio da língua de sinais. Dessa forma, tal projeto de escolarização pressupõe que os educadores tenham domínio das línguas envolvidas, língua de sinais e a língua portuguesa, e o modo peculiar de funcionamento de cada uma delas em seus diferentes usos sociais, domínio fundamental para possibilitar o acesso dos surdos aos conhecimentos de mundo em ambas as línguas (LACERDA e LODI, 2014 p. 12).

não se pode esquecer das comunidades de surdos que, geralmente, são criadas em escolas/instituições e que estão espalhadas pelo país (CAVALCANTI, 1999, p.388).

Dessa forma, os surdos fazem parte de uma minoria linguística que utilizam como meio de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Essa língua constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil e tem como sistema linguístico o visual-motora.

Para Marília Silva (2001) “o ensino para as crianças surdas deve basear-se, em fundamentos linguísticos, pedagógicos, políticos, históricos, implícitos nas novas definições e representações sobre a surdez”. Pois, a falta de clareza de não ter uma política bilíngue no trabalho pedagógico acaba por negligenciar o papel central da língua em relação ao conhecimento e à subjetividade da criança. Embora seja inegável o avanço da discussão nesse campo, ainda há muito a ser feito.

Assim sendo, este trabalho objetiva refletir sobre as políticas linguísticas dos surdos e visualizar de que maneira as políticas linguísticas se apresentam como dispositivo ao processo educacional dos surdos nas instituições de ensino. Visando solucionar a questão: *Como as políticas linguísticas colaboram com a educação de surdo?*

Problematizar as políticas linguísticas de educação de surdos é um exercício que pode nos auxiliar na produção de novos conhecimentos, principalmente sobre os que se relacionam ao desenvolvimento linguístico e sua relação com a proposta de Educação Bilíngue. Ademais, o estudo se faz necessário por adentrar no campo da diversidade linguística, que vai além da diversidade interna à própria língua portuguesa, a fim de contribuir com as pesquisas desenvolvidas no Brasil, que verificam os direitos linguísticos dos surdos através, por exemplo, de intervenções políticas dos órgãos responsáveis e da própria população.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo foi a abordagem qualitativa. De acordo com Minayo (2009, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa nas Ciências Sociais com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos

motivos, das aspirações, das crenças dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

A escolha da abordagem qualitativa foi essencial, pois garantiu obter uma gama de informações, reconhecendo a singularidade do objeto pesquisado, além de oportunizar novos olhares sobre as políticas linguísticas de educação dos surdos, assim como seus avanços ao longo da história.

Realizou-se a pesquisa bibliográfica, como procedimento metodológico, na perspectiva de Severino (2007, P. 122) a pesquisa bibliográfica “[...] é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc”.

O passo inicial deste trabalho foi buscar registros referentes as políticas linguísticas dos surdos, com a finalidade de uma maior aquisição de informações sobre os aspectos normativos para dar conta da legislação em vigor que contempla os surdos, levando em consideração sua linguagem.

Fiz uma busca no mês janeiro de 2021, no Portal de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), referente aos anos 2017 a 2020, com o objetivo de levantar as produções que tenham como objeto de estudo as políticas linguísticas de surdos. Utilizei nesse levantamento os descritores “políticas linguísticas”, “Políticas linguísticas de Surdos” e “Surdos”. Foram encontradas 9 produções que tratam sobre políticas linguísticas de surdos, sendo 6 dissertações de mestrado e 3 teses de doutorado (CAPES, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A LEGITIMAÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS: das reformulações históricas ao bilinguismo

No final da década de 1970, principalmente nos Estados Unidos, inicia-se um movimento de reivindicação pela língua e cultura das minorias linguísticas, sendo os surdos considerados membros de uma comunidade minoritária que usa um idioma próprio, a língua de sinais (GUARINELLO, 2007). A partir de então, passaram a reivindicar pelo direito do uso da língua

de sinal como sua língua materna, pois até então, a língua materna de todos os brasileiros era o português.

Foi em torno das reivindicações por cidadania plena que o grupo “Surdos Venceremos” liderado pelo ator e ativista surdo Nelson Pimenta de Castro, com a ajuda da FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), organizou uma passeata que mobilizou cerca de duas mil pessoas, surdas e ouvintes, na orla da Praia de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 25 de setembro de 1994, constituindo-se como marco da ascensão do movimento social surdo no Brasil. Foram várias pessoas lutando em prol do reconhecimento da língua de sinais entre eles educadores, pais de surdos, intérpretes de libras, surdos entre outros. Dessa forma, os surdos depois de muitas lutas pelo seu reconhecimento linguístico, conseguiram como primeiro marco político especificamente direcionado o reconhecimento da língua brasileira de sinais (LIBRAS).

A lei 10.436/2002 vem reconhecer como meio legal de comunicação e expressão a libras. A referida lei, define a libras como “a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos oriundos de comunidades de pessoas surdas no Brasil” (BRASIL, 2007, p.1). Então, dessa forma se legitima à língua brasileira de sinais. Contudo, a lei de Libras (como é mais conhecida) não pode substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. O que implica dizer que os surdos podem se comunicar pela modalidade visuo-espacial, contudo, precisam também conhecer a normativa escrita do português.

Com a lei nº 10.436/2002 temos um avanço significativo em prol da educação dos sujeitos surdos. O decreto 5.626/2005, que regulamenta a lei de libras foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o decreto foi anunciado na presença de representantes da comunidade surda, juntamente com o ministro da educação Fernando Haddad, no decreto a libras passa a ser uma disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior e também para os cursos de fonoaudiologia, sendo facultativo para os demais cursos. A partir do decreto que legitima a lei de libras, percebemos a responsabilidade, que antes era dada ao professor especializado para atuar em uma classe com os alunos segregados, sendo passada para um professor que atuará em uma sala inclusiva.

No ano de 2008 o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial e colaboradores apresentam um documento denominado de

“Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, o documento visava constituir políticas públicas promotoras de uma educação para todos os alunos. A Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva oferece ao aluno surdo o Atendimento Educacional Especializado (AEE), no turno inverso à sala de aula regular para os alunos surdos. O documento também enfatiza a inclusão dos alunos surdos na sala de aula regular, ou seja, o aluno surdo precisa estar incluindo na sala regular, juntos com os alunos sem deficiência. Mas não é apenas uma inclusão fantasiosa, apenas inserir o aluno na sala, a inclusão vai além disso, deve-se desenvolver um ensino escolar bilíngue.

Para a inclusão dos alunos surdos, nas escolas comuns, a educação bilíngue - Língua Portuguesa/LIBRAS, desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. [...]. Devido à diferença linguística, na medida do possível, o aluno surdo deve estar com outros pares surdos em turmas comuns na escola regular (BRASIL, 2008, p. 17).

O contato com outros surdos ajuda o aluno a se desenvolver linguisticamente, sendo capaz de dialogar, mas não apenas com surdos, com pessoas que também tenha conhecimento da língua de sinais. Percebemos que o bilinguismo só é válido para um grupo específico, neste caso os surdos, e que estes parecem viver em uma comunidade linguística isolada e que os demais alunos devem apenas aprender o português.

O decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008, dispõe sobre o AEE, e considera que este é o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade organizados institucionalmente prestados de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. De acordo com essa lei o aluno surdo teria direito: ao AEE em LIBRAS, ou seja, todas as informações e conteúdos seriam repassados em libras; AEE para o Ensino da LIBRAS, neste atendimento o aluno teria um professor ou instrutor que iria ensinar LIBRAS para o aluno, com a finalidade do aluno enriquecer seu vocabulário e o AEE para o Ensino da Língua Portuguesa, neste atendimento o professor teria que ensinar o português na modalidade escrita.

No ano de 2011 o decreto nº 7.611 revoga o decreto 6.571/2008, além de dispor sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado.

O decreto 7.611/2011 diz que a educação das pessoas surdas e das pessoas com deficiência auditiva terão como diretrizes o disposto no decreto 5.626/2005. Sendo assim, o atendimento do aluno surdo no AEE está embasado em uma proposta bilíngue.

No ano de 2013, um grupo de trabalho, designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013 do MEC/SECADI, organizaram um relatório estabelecendo diretrizes e parâmetros para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais voltadas à educação bilíngue para surdos.

A Educação Bilíngue de surdos envolve a criação de ambientes linguísticos para a aquisição da Libras como primeira língua (L1) por crianças surdas, no tempo de desenvolvimento linguístico esperado e similar ao das crianças ouvintes, e a aquisição do português como segunda língua (L2). [...] O objetivo é garantir a aquisição e a aprendizagem das línguas envolvidas como condição necessária à educação do surdo, construindo sua identidade linguística e cultural em Libras e concluir a educação básica em situação de igualdade com as crianças ouvintes e falantes do português (BRASIL, 2014, p. 6).

Os surdos passam a ter uma nova abordagem educacional, o bilinguismo, a qual possibilita aos sujeitos aprenderem a língua de sinais e a língua portuguesa na modalidade escrita. Com o bilinguismo, a abordagem escolhida no congresso de Milão em 1880, a qual tinha como objetivo fazer o surdo falar oralmente, denominada de oralismo e a abordagem da comunicação total posterior ao oralismo, na qual era válido todo tipo de expressão e comunicação, começaram a perder espaço no âmbito educacional.

Com a abordagem do bilinguismo percebemos a política pública desdobrando-se nas instituições educacionais como políticas linguísticas educativas. Porém, são poucas escolas que trabalham efetivamente de forma bilíngue como prevê as leis e os decretos. Ao considerarmos a política linguística como uma forma de política pública, leva-se em conta a necessidade da oficialidade da língua para um grupo que não pode viver sem linguagem, como os surdos, que conseguiram a oficialização da LIBRAS.

Percebemos que na política linguística há uma intervenção do Estado sobre a língua a qual tem um caráter evidentemente social e político. No caso da LIBRAS, os surdos a têm como sua língua materna, a qual lhe dará meios para interagir socialmente, porém ter esta lei garantida revela a superioridade da língua portuguesa. Por esse motivo, concordamos com o linguista Louis-Jean Calvet quando ele descreve as políticas linguísticas

como sendo as determinações das “grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (CALVET, 2002, p. 145).

Neste sentido, o uso da língua de sinais no ensino regular, esbarra em várias questões, pois a língua passa a se constituir como objetos de ensino e aprendizagem nas escolas. Assim, a política linguística para surdos envolve também a determinação do *status* das línguas e a dos seus falantes dentro de uma área política e geograficamente organizada.

As determinações são escolhas analisadas que surgem da necessidade de se gerenciarem conflitos e problemas de um contexto multilíngue permeado por diferentes interesses presentes na esfera pública. Ora, isto nada mais é do que uma política pública que, por meio de um agente que pode ser o Estado, busca tentar intervir numa realidade linguística que foi problematizada no meio social, alterando os rumos de uma determinada situação linguística.

A Política Linguística está ligada a abordagens que envolvem decisões relativas ao domínio das línguas e da sociedade, não precisando ser, necessariamente, de natureza oficial (CALVET, 1997, 2002a, 2002b; COOPER, 1997). A política linguística constitui-se de escolhas relativas ao uso da língua na sociedade, que podem ser pensadas e organizada de diferentes formas. Dessa forma, as políticas linguísticas podem se relacionar não apenas às leis e aos decretos estaduais e municipais, como também às ações não governamentais.

Contudo, o Estado como parte importante para a legitimação das políticas linguísticas possui um papel fundamental para a institucionalização de uma língua, pois

A partir do momento em que um Estado se preocupa em administrar sua situação linguística, apresenta-se o problema de saber quais meios ele dispõe para isso. Como intervir na forma das línguas? Como modificar as relações entre as línguas? Quais os processos que permitem passar de uma política linguística, estágio das gerais, ao estágio da implementação, do planejamento linguístico? (CALVET, 2007, p. 62).

Além da legitimação da língua, o Estado dar suporte para a implementação e avaliá-la. Para que o direito linguístico dos surdos realmente seja concretizado na prática escolar.

De acordo com as normativas legais, o surdo tem como direito linguístico usar a língua de sinais como meio de comunicação, no ambiente escolar

como vimos anteriormente. Porém, a política que visa o reconhecimento de uma língua, não é a mesma que garante a permanência desse aluno na sala de aula, que garante a formação continuada da equipe escolar para atuar de forma bilíngue. Mas, se a língua do aluno tem que ser valorizada, se o conteúdo escolar precisa ser repassado na sua língua materna, como interagir com o aluno?

Como o aluno tem direito em ser escolarizado na sua língua materna, os cursos de licenciaturas, a partir do decreto 5.626/2005, passam a ter a disciplina de libras como obrigatória na sua grade curricular.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério. (BRASIL, 2005, p. 7)

Porém, o que o professor aprende em uma disciplina, não é suficiente para torna-lo proficiente. Por isso, a difusão da língua de sinais e a consciência dos profissionais de todas as áreas, em saber que é necessário e fator crucial para inclusão do surdo na sociedade, saber dialogar em libras. Compreender também que a libras é uma língua com particularidades históricas e linguísticas, a qual requer um tempo considerável para uma aprendizagem efetiva. Não se estar suscetível em receber a criança surda, a partir de algumas aulas de LIBRAS na licenciatura.

A falta de domínio da LIBRAS deixa os professores angustiados, pois estes não conseguem interagir, não conseguem comunicar-se com as crianças. Os docentes precisam conscientizar-se da importância da língua no desenvolvimento humano, além de conhecer o desenvolvimento linguístico dos surdos. Pois a língua proporciona a interação com o outro, por isso, na escola a criança surda precisa interagir com a comunidade escolar, para isso deve existir formação continuada para todos: Servidores, diretores, professores e coordenadores.

A LIBRAS ainda não é uma disciplina obrigatória da grade curricular da educação básica, o que dificulta a interação da criança surda com a comunidade escolar. A escola não tem a função de somente alfabetizar as crianças, ela também exerce uma função social extremamente importante, já que a aprendizagem do ler e do escrever que se dá na escola abre os horizontes de possibilidades de interações com outros distantes no tempo e no espaço

(GERALD, 2011). A socialização também é de responsabilidade escolar, uma vez que reflete no desenvolvimento do educando.

A falta de comunicação através da língua de sinais com os alunos surdos, nos faz refletir que efetivamente esses alunos não estão inclusos, apenas se abriu a porta da escola porque a lei 13.146/2015 (lei de inclusão) garante que os alunos têm que estar juntos com os alunos sem deficiência. Como esse aluno pode está incluso, se o professor não sabe ou não é proficiente em libras? Os alunos não sabem e nem são estimulados a aprenderem libras. Percebe-se apenas uma inserção do aluno. Sem levar em conta o seu desenvolvimento, uma vez que a linguagem constitui o sujeito.

Para Gerald (2011), uma escola que deixe seus alunos onde estão não compreendeu proposta pedagógica que defendem que devemos partir do conhecido. Partir significa não ficar no conhecido, significa ir adiante, navegar sem porto definido de chegada porque quanto mais avançamos, mais vemos oportunidades de avançar em nossa formação. Dessa forma, o desafio para os professores é fazer com que os surdos construam conhecimento no ambiente escolar.

Apesar das normativas que contemplam os surdos, a escola insere o aluno na sala regular, porém não há prática que contemple o surdo na perspectiva histórico-social. Perceber o surdo em uma perspectiva histórico-cultural é entender que este também aprende na relação com o outro. Os surdos precisam interagir com o outro para desenvolver a linguagem, através da dialogicidade. Na abordagem sociocultural da psicologia à linguagem não é vista apenas como uma função comunicativa, mas também organizadora e planejadora do pensamento.

Para Vygotsky (1989) é por meio da linguagem que o indivíduo ingressa em uma sociedade, internaliza conhecimento e modos de ação, organiza e estrutura o pensamento. Este autor trabalha na perspectiva do materialismo dialético, compreendendo o homem como ser histórico, conferindo à linguagem um lugar central na constituição da consciência. Vygotsky (1989) rompe com o objetivismo e o subjetivismo e faz isso por meio da psicologia histórico-cultural. Tecendo sua teorização no materialismo dialético, compreendendo o homem como ser histórico, conferindo a linguagem um lugar central na constituição da consciência

Para entendermos o conceito de linguagem recorreremos ao linguista Ferdinand Saussure (1995), o qual diz que a linguagem é composta de duas partes: a língua, que é essencialmente social, porque é convencionalizada por determinada comunidade linguística; e a fala, que é secundária e individual,

ou seja, é veículo de transmissão da língua. Assim, a língua não se confunde com a linguagem, posto que é parte essencial dela, é um produto da faculdade da linguagem, um conjunto de convenções adotadas pela sociedade para efetivo uso dos indivíduos. A linguagem nos é dada pela natureza, enquanto que a língua é algo adquirido e convencional. Dessa forma entendemos que a linguagem é algo inato do ser humano, todos estamos aptos a desenvolvê-la. Como vivemos em uma sociedade majoritariamente oralista que se vale da linguagem oral para comunicar-se, ainda persiste a crença de que as pessoas para se desenvolver precisam falar oralmente, o que não é verdade.

Os surdos não falam oralmente por terem um problema no sistema oracular, não no sistema fonador como muitos pensam, mas “falam” com as mãos. Os surdos não oralizam pelo fato de não ouvirem, se não ouvem não aprendem a falar (oralmente). Os ouvintes, oralizam porque desde do nascimento estão inseridos em uma comunidade oralista. Observamos que entre surdos e ouvintes há dois canais de comunicação, para o ouvinte o canal oral-auditivo e para o surdo, o canal espaço-visual.

A linguagem se forma na relação do homem com o meio social, estando presente no sujeito, mesmo quando ele não está se comunicando, pois ela se significa a forma como esse sujeito recorta e percebe o mundo e a si próprio. Vygotsky (1989) concebe a linguagem um fator determinante na constituição dos sujeitos em suas relações sociais. Este autor aponta a linguagem como a ferramenta psicológica mais importante do desenvolvimento psicológico. Tendo como principal função a comunicação social e o contato entre os sujeitos.

Nos estudos de Vygotsky sobre pensamento e linguagem, a criança começa a compartilhar de significados ações comunicativas para a criança, por exemplo: o choro, o balbucio. A autora Ronice Quadros (1997) em sua obra “Educação de surdos: A aquisição da linguagem” discorre sobre as fases de aquisição da linguagem pela criança surda, para a autora as crianças surdas e ouvintes, no período pré-linguístico apresentam fenômenos idênticos como o balbucio, dessa forma demonstrando a capacidade de ambos para a linguagem.

Para Silva (2001), o início da função cognitiva da linguagem dá-se em âmbito intrapsíquico, nessa fase os fenômenos, pensamentos e linguagem passam a ser interdependente, possibilitando a criança, por intermédio da linguagem, organizar o pensamento. A linguagem se desenvolve em um processo gradual e contínuo, por meio do qual a criança vai assumindo pouco

a pouco papéis dialógicos aprendidos na relação com o adulto. A aquisição, o domínio da linguagem interfere e muda qualitativamente o desenvolvimento cognitivo do sujeito.

Quadros (1997) entende que é a partir da língua de sinais que o indivíduo surdo irá construir significados para sua aprendizagem. Porém concordar que a língua de sinais dará subsídios para o surdo desenvolver-se é assumir uma dimensão sociopolítica-antropológica, entendendo que a libras não seja apenas tolerada e a fala não seja seu objetivo principal no âmbito escolar. O ideal seria que houvesse uma linguagem comum entre professor e aluno, que ambos fizessem uso da LIBRAS.

Jakobson (1967), linguista da linha estruturalista, apresenta a linguagem como sendo o instrumento mais importante da comunicação informativa, comunicação essa que acontece entre os membros de uma sociedade ou de um grupo social. Segundo o estudioso, todos os outros símbolos são acessórios ou derivados. Jakobson, ao analisar os fatores fundamentais da comunicação, postula que qualquer ato de fala envolve uma mensagem e que esta traz consigo quatro elementos: o emissor, o receptor, o tema e o código utilizado. Para ele, “o intercâmbio verbal, como qualquer forma de relação humana, requer ao menos dois interlocutores” (JAKOBSON, 1967, p. 27).

Para haver essa comunicação o emissor emite a mensagem ao receptor por meio de um código, e para que essa mensagem seja bem compreendida, o receptor deve conhecer esse código. Quando se fala a um interlocutor, tenta-se alcançar um vocabulário comum que seja compreendido pela outra pessoa, para isso são empregados os termos conhecidos por ela. Nesse caso:

Um processo de comunicação normal opera com um codificador e um decodificador. O decodificador recebe a mensagem. Ele conhece o código. A mensagem é nova para ele, e, por via do código, ele a interpreta. [...] É a partir do código que o receptor compreende a mensagem (JAKOBSON, 1967, p. 27).

A linguagem é fundamentalmente constituída pelo contexto social, que se dá entre indivíduos reais em momentos singulares e históricos, trazendo marcas e significações.

Para o autor a linguagem está no cerne da construção, tanto individual como coletiva o que ocorre em três domínios de atividade humana. O domínio da socialização dos indivíduos, na medida que através da linguagem que se instaura a relação de sim com o outro e que se cria o elo social, o

domínio do pensamento, na medida em que é pela/através da linguagem que conceituamos, isto é, que extraímos o mundo de sua realidade empírica para fazê-lo significar; o domínio dos valores, na medida em que estes precisam ser ditos para existir, é dessa forma que os atos de linguagem que os veiculam dão sentido à nossa ação. O autor coloca que a atividade de linguagem constitui uma espécie de garantia de liberdade do indivíduo como possibilidade de interrogação e análise sobre o outro e sobre si mesmo, e como possibilidade de controle de nossos afetos.

As dificuldades dos surdos acontecem pelo fato de as línguas orais serem as únicas utilizadas pela grande maioria das comunidades, não havendo, no caso do surdo, a possibilidade de adquiri-los espontaneamente. A linguagem é posta como núcleo de problema em que se encontram todas as particularidades do desenvolvimento da criança surda. É preciso destacar que o surdo, antes de ter dificuldades na escola, apresenta dificuldades de aquisição da língua. Surge nesse momento a concepção do bilinguismo.

A abordagem do bilinguismo segundo Skliar (1997a, p.145) sustenta que “a experiência prévia com uma língua contribui para aquisição da segunda língua, dando à criança as ferramentas heurísticas necessária para a busca e a organização dos dados linguísticos e o conhecimento, tanto geral como específico da linguagem”.

A adoção do bilinguismo é compatível com a concepção sócio-antropológica de sujeito surdo e da surdez (SKLIAR, 1997). Esta concepção sustenta que os surdos formam uma comunidade linguística minoritária que utiliza e compartilha uma língua de sinais, valores, hábitos culturais e modos de socialização próprios.

O direito à uma educação escolar para todos trouxe consigo transformações significativas nas instituições escolares, assim como na proposta de educação dos surdos, a qual tem o bilinguismo como uma abordagem educacional. Proposta esta que garante uma política linguística para os surdos.

Como nascemos em um mundo de linguagem interagimos com o outro sob o domínio de uma de uma língua. Convivemos corpórea e mentalmente com os outros e assim língua vai se constituindo na relação com o outro. Precisamos do outro para nos desenvolvermos. No caso dos surdos tanto em libras, como na aprendizagem do português na modalidade escrita.

Por isso, a proposta bilíngue tem sido a abordagem usada atualmente a qual dá voz a língua natural dos surdos, mas também vem dá ênfase a supremacia do português, sendo necessário ao aluno surdo aprender o português na modalidade escrita. A problemática do bilinguismo está no não

conhecimento da LIBRAS pela comunidade escolar e que precisa ser observada sob os mais diversos ângulos em prol de proporcionar a tão sonhada escola inclusiva que objetive a perspectiva bilíngue.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho objetivou refletir sobre as políticas linguísticas dos surdos e visualizar de que maneira se apresentam como dispositivo ao processo de constituição da linguagem dos surdos nas instituições de ensino, neste percebeu-se que o bilinguismo é reconhecido, uma vez que está presente em várias normativas que contemplam os surdos, os documentos norteadores são consoantes com essa concepção, uma vez que reconhecem que a libras é a primeira língua do surdo e a modalidade escrita do português a sua segunda língua.

A pesquisa demonstrou que houve alguns progressos no âmbito da proposta de políticas linguísticas para os surdos, mas ainda existe um longo caminho a percorrer na sua implementação para que todos os brasileiros tenham a sua realidade linguística plenamente atendida na área educacional e social. Esperamos que as reflexões expostas no presente artigo possam contribuir para que as políticas linguísticas continuem avançando e contemplem adequadamente a realidade do surdo.

Dessa forma, percebe-se que houve alguns progressos no âmbito das propostas de políticas linguísticas, mas muito ainda precisa ser feito, para que os alunos surdos não fique restrito apenas a um grupo, dessa forma sendo limitado seu conhecimento, é preciso que o acesso linguístico permita ao surdo transitar por outras culturas tendo a língua como instrumento de conhecimento. Assim, para que as políticas linguísticas sejam efetivadas urge a necessidade da disseminação da Língua Brasileira de Sinais - Libras para toda a comunidade escolar, além de reconhecer o sistema linguístico visual-motor, como o propulsor da educação e desenvolvimento linguístico dos surdos. Sabemos que ainda existe um longo caminho a percorrer para que os surdos tenham a sua realidade linguística plenamente atendida na área educacional e social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS. **Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002.**

_____. **Decreto Nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005.** Brasília: 2011.

_____. **Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 18 set. 2008b.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em 08/06/2019.

_____. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a Educação especial, o Atendimento Educacional especializado e dá outras providências. 2011a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 16 maio. 2019.

_____. **Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização e Diversidade. Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa do Grupo de Trabalho,** designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013 do MEC/SECADI. Brasília, fevereiro de 2014. Disponível em: Acesso em: 10/06/2019.

_____. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015; 7 jul

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica.** (Trad. de Marcos Marcionilo). São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

_____. **As políticas linguísticas.** São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

COOPER, Robert L. **La planificación lingüística y el cambio social.** 1ª ed. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 1997.

GERALDI, J. W. **Linguagem e identidade:** breve nota sobre uma relação constitutiva. Ciências & Letras, Porto Alegre, nº.49, 2011. p. 9-19.

GOÉS, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, Surdez e Educação**. 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. / (Coleção Educação Contemporânea)

GUARINELLO, A C. **O papel do outro no processo de construção da produção da escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.

JAKOBSON, Roman . **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1967.

LACERDA, C. B. F.; LODI, A. C. B. A inclusão escolar bilíngue de alunos surdos: princípios, breve histórico e perspectivas. In: LODI, A.C.B.; LACERDA, C. B. F (Orgs.). **Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2014.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1997b.

_____. HEBERLE, Viviane. Curso de letras/licenciatura com habilitação em língua brasileira de sinais: inclusão nas universidades públicas brasileiras. Desafios da Educação a Distância na Formação de Professores, Brasília, 1 ed, v.1, 2006.

SÁ, Nídia Regina Limeira de . **Educação de surdos: a caminho do bilinguismo** . Niterói: EdUFF , 1999 .

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Trad. De Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **O Trabalho Científico – da epistemologia à técnica**. 23ª edição - revista e atualizada. Editora Cortez: 2007.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. São Paulo: Plexus, 2001.

SKLIAR, Carlos. (org). **Educação & exclusão- abordagens sócio- antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.